

Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



01/07/2007 11:08

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 104 / 2007.

137

Egrégio Plenário:

Com o presente Projeto de Lei, pretendemos implantar em nosso município de Mogi das Cruzes, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com finalidade de implementação e treinamento dos servidores para utilização de um plano de ações com objetivo de prevenir acidentes e doenças de trabalho.

Nossa intenção, com esse Projeto de Lei é que todas as unidades das diversas Secretarias que compõe a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, bem como as autarquias com pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, organizem e mantenham em funcionamento uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), na forma da Norma Regulamentadora n.º 05, editada com a Portaria n.º 3.214 de 08 de junho de 1.978, do Ministério do Trabalho.

O presente Projeto de Lei decorre principalmente do interesse dos trabalhadores em trabalhar em um ambiente seguro e adquirir maior conhecimento a respeito do assunto (Segurança de Trabalho). Com esta medida de suma importância à municipalidade, será dado um grande passo no sentido de melhoria da qualidade de vida do servidor municipal, mostrando o interesse do município em minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho do trabalhador.

Plenário "Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda",


INES PAZ

Vereadora - PSOL

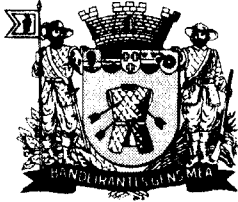
CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO E
DESPACHADO AS COMISSÕES DE

- Assessoria Jurídica
- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento

Relações Públicas
Relações de Trabalho

Sala das Sessões, em 18/09/2007

Vera Rando
2.º Secretário



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



PROJETO DE LEI N.º 104 /2007.

(Institui as comissões internas de prevenção de acidentes – CIPA'S, no âmbito da administração Municipal, e dá outras providências)

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES DECRETA:

Art. 1º - Todas as unidades das diversas Secretarias que compõem a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, bem como as autarquias com pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, deverão organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA -, na forma da Norma Regulamentadora n. 05, editada com a Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

Art. 2º - Os titulares da representação dos servidores da CIPA, com exceção dos que exercem cargo de livre provimento em comissão, não poderão ser transferidos de setor ou exonerados, desde o registro de suas candidaturas até 02 (dois) anos seguintes ao término do mesmo.

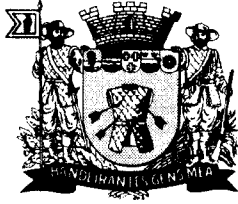
Parágrafo Único – Não se aplica a vedação do “caput” deste artigo ao servidor que cometer falta grave, devidamente apurada e julgada em procedimento disciplinar, garantindo-se o direito de ampla defesa, que venha a resultar na aplicação das penas de demissão ou dispensa, ou em caso de exoneração ou dispensa a pedido do próprio servidor.

Art. 3º - A CIPA tem por objetivo desenvolver atividades voltadas à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profissionais, à melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos municipais e será, obrigatoriamente, instalada em todas as unidades que compõem a Prefeitura com mais de 20 (vinte) servidores.

Art. 4º - Para cumprir seu objetivo, a CIPA deverá desenvolver as seguintes atividades:

I – realizar inspeções nos respectivos ambientes de trabalho, visando à detecção de riscos ocupacionais;

Smij



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



II – estudar as situações de trabalho potencialmente nocivas à saúde e ao bem-estar dos servidores, estabelecendo medidas preventivas ou corretivas para eliminar ou neutralizar os riscos existentes;

III – investigar as causas e conseqüências dos acidentes e das doenças associadas ao trabalho e acompanhar a execução das medidas corretivas até a sua finalização;

IV – discutir todos os acidentes ocorridos no mês, visando cumprir o estabelecido no item anterior;

V – realizar, quando houver denúncia de risco ou por iniciativa própria, inspeção no ambiente de trabalho, dando conhecimento dos riscos encontrados ao responsável pela área, à chefia da unidade e ao órgão responsável pela Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Secretaria Municipal da Administração;

VI – promover a divulgação das normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pelo órgão responsável pela Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Secretaria Municipal da Administração e órgãos afins, zelando pela sua observância;

VII – despertar o interesse dos servidores pela prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, através de trabalho educativo, estimulando-os a adotar comportamento preventivo;

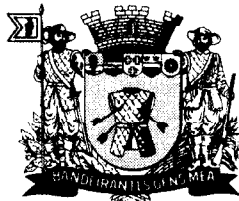
VIII – participar de campanhas de prevenção de acidentes do trabalho promovidas pela Prefeitura e por representações da categoria, bem como das convenções de CIPA's da Prefeitura do Município de São Paulo;

IX – promover anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT;

X – promover a realização de cursos, treinamentos e campanhas que julgar necessários para melhorar o desempenho dos servidores quanto à Segurança e Medicina do Trabalho e outros afins.

Art. 5º - A CIPA será composta por representantes dos servidores e da Administração, independentemente do tipo de vínculo de trabalho.

Smil



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



§ 1º - O número de membros que comporão a CIPA será determinado pela proporção de 01 (um) membro para cada 20 (vinte) servidores, tendo no mínimo 04 (quatro) e no máximo 26 (vinte e seis) membros.

§ 2º - A CIPA será composta de tal forma que esteja representada a maior parte dos setores que compõem cada unidade da Administração, necessariamente incluída a representação dos setores que oferecem maior risco.

Art. 6º - Os representantes da Administração serão indicados pela chefia da unidade.

§ 1º - O número de candidatos indicados pela Administração deverá corresponder, no máximo, a metade do número total dos membros da CIPA, sendo, no entanto, obrigada a indicar, no mínimo, um membro.

§ 2º - Os titulares da representação da Administração na CIPA não poderão ser reconduzidos a mais de um mandato consecutivo.

Art. 7º - Os representantes dos servidores serão eleitos em escrutínio secreto, em votação por lista nominal, sendo vedada a formação de chapas.

§ 1º - É ilimitado o número de inscrições de candidatos para a representação dos servidores.

§ 2º - Em caso de empate, assumirá o servidor que tiver mais tempo de serviço na Prefeitura.

§ 3º - O mandato dos membros terá a duração de 02 (dois) anos, com direito à reeleição somente para os titulares da representação dos servidores.

§ 4º - As eleições serão convocadas 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato da CIPA em vigor, devendo ser realizadas de modo a permitir que nos 30 (trinta) dias antecedentes ao início do mandato possam os novos membros preparar-se para exercer suas funções.

§ 5º - O prazo para as inscrições de candidatos deve se estender até 07 (sete) dias antes da votação.

§ 6º - A eleição será organizada pela CIPA cujo mandato esteja findando, sendo que, nas unidades onde ainda não houver CIPA, a eleição será organizada por uma equipe eleitoral composta por servidores voluntários, na forma que vier a ser regulamentada, sendo obrigatória a participação de representação da categoria.



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br

§ 7º - Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário serão escolhidos pelos membros da CIPA.

§ 8º - O Presidente da CIPA será substituído pelo Vice-Presidente nos seus impedimentos eventuais, afastamentos temporários ou afastamento definitivo.

Art. 8º - A CIPA reunirá todos os seus membros uma vez por mês, em local apropriado e durante o horário normal de expediente, obedecendo o calendário anual, não podendo sofrer restrições que impeçam ou dificultem seu comparecimento.

§ 1º - O membro que tiver mais de três faltas injustificadas ou se recusar a comparecer às reuniões da CIPA perderá o mandato, sendo que, nesta hipótese, será convidado para assumir o candidato suplente mais votado.

§ 2º - Qualquer servidor poderá participar das reuniões da CIPA como convidado.

§ 3º - As proposições da CIPA serão aprovadas em reunião, mediante votação, e será considerada aprovada aquela que obtiver maioria simples de votos.

§ 4º - A CIPA deverá apresentar mensalmente, através de material escrito, relatório de suas atividades a todos os funcionários da unidade.

Art. 9º - Os membros da CIPA deverão dispor de 06 (seis) horas semanais para trabalhos exclusivos da Comissão.

Art. 10º - Compete ao Presidente da CIPA:

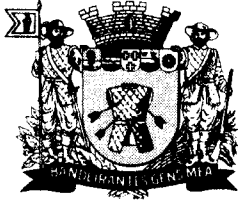
I – convocar os membros para as reuniões da CIPA;

II – determinar tarefas para os membros da CIPA;

III – presidir as reuniões, encaminhando à Direção da Unidade as recomendações aprovadas e acompanhar a sua execução;

IV – manter e promover o relacionamento da CIPA com órgão responsável pela Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Secretaria Municipal da Administração e órgãos afins.

Smith



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



Art. 11 – Compete aos Secretários da CIPA:

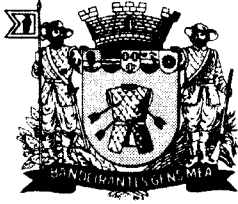
- I – elaborar as atas das eleições da posse e das reuniões, registrando-as em livro próprio;**
- II – preparar a correspondência geral e as comunicações para as reuniões;**
- III – manter o arquivo da CIPA atualizado;**
- IV – providenciar para que as atas sejam assinadas por todos os membros da CIPA.**

Art. 12 – Compete aos membros da CIPA:

- I – elaborar o calendário anual das reuniões da CIPA;**
- II – participar das reuniões da CIPA, discutindo os assuntos em pauta e deliberando sobre as recomendações;**
- III – investigar os acidentes de trabalho, isoladamente ou em grupo e discutir os acidentes ocorridos;**
- IV – freqüentar o curso para os componentes da CIPA, na forma que vier a ser regulamentado;**
- V – cuidar para que todas as atribuições da CIPA sejam cumpridas durante a respectiva gestão.**

Art. 13 – Compete à Administração:

- I – proporcionar os meios necessários para o desempenho integral das atribuições da CIPA;**
- II – possibilitar uma sala própria para a CIPA desenvolver suas atividades;**
- III – autorizar o fornecimento de material de escritório completo e outros que forem necessários para o desenvolvimento das atividades da CIPA;**
- IV – assessorar a implantação da CIPA;**
- V – zelar pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas pelo órgão competente;**



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



VI – divulgar amplamente as atividades da CIPA entre os servidores municipais.

Art. 14 – Compete aos servidores da unidade:

I – eleger seus representantes na CIPA;

II – informar à CIPA a existência de condições de risco ou ocorrência de acidentes e apresentar sugestões para melhorias das condições de trabalho;

III – observar as recomendações quanto à prevenção de acidentes, transmitidas por membros da CIPA;

IV – informar à CIPA a ocorrência de todo e qualquer acidente de trabalho.

Art. 15 – Ao término do processo eleitoral, o presidente da comissão eleitoral terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar ao Ministério do Trabalho cópia das atas de eleição e de posse dos membros eleitos e para registrar a CIPA na Delegacia do Trabalho.

Art. 16 – Após a publicação desta Lei, a unidade terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para solicitar a implantação da CIPA junto ao órgão competente.

Art. 17 – As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 18 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda”,


INÉS PAZ
Vereadora - PSOL



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO n.º	137/07
PROJETO DE LEI n.º	104/07
PARECER n.º	122/07

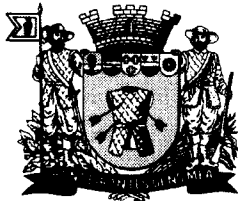
De iniciativa legislativa da Vereadora INÊS PAZ a proposta em estudo visa "INSTITUIR AS COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPAS, NO AMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Instrui a matéria Justificativa pela qual a edil apresenta os motivos que norteiam a iniciativa legislativa (fls. 1). O Projeto de Lei está disposto em 18 (dezoito) artigos (fls. 2/3).

É O RELATÓRIO.

Em que pesem os relevantes aspectos meritórios da proposta, entretanto, esbarra em vícios formais de inconstitucionalidade que impedem a apreciação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Pela análise do art. 1º da proposta em estudo, pretende a edil que "todas as unidades das diversas Secretarias que compõem a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, bem como as autarquias com pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, deverão organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, na forma da Norma Regulamentadora n. 05, editada com a Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho".



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



Pela leitura do referido dispositivo se evidencia a ingerência de poderes por violação as disposições do **art. 2º da Constituição Federal reproduzido pelo art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo** que consagram a independência e a harmonia entre os Poderes Constituídos.

Ainda que superado fosse o vício apontado, o que se admite apenas por argumentação, a proposta ainda legisla sobre atribuições aos servidores públicos municipais, cuja iniciativa legislativa também é privativa do Chefe do Executivo, nos termos do **art. 81, § 1º, inciso III da Lei Orgânica Municipal**.

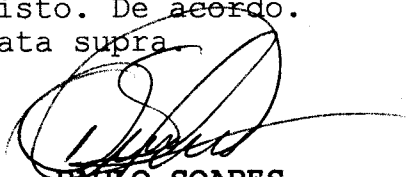
Ressalte-se, finalmente, que ao dispor a proposta sobre atribuições aos servidores públicos municipais, deveria ser desencadeada por **lei complementar**, conforme determina o **inciso III, do parágrafo único do art. 77, da LOM**.

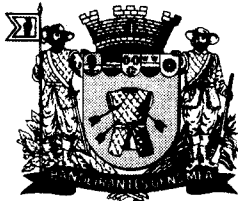
Desta maneira, diante dos fatos e fundamentos expostos e em que pesem os louváveis argumentos apresentados pela Edil, sob o aspecto jurídico a proposta padece de vícios formais de inconstitucionalidade que impedem a apreciação pelo Colendo Plenário desta Casa.

Era o que tínhamos a manifestar
AJ, 9 de outubro de 2007.


TANIA REGINA PAIXÃO NOGUEIRA DE SÁ
ASSESSORA JURÍDICA

Visto. De acordo.
Data supra


PAULO SOARES
COORDENADOR JURÍDICO



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n° 104/07

De autoria da Nobre Vereadora Inês Paz, a proposição legislativa em destaque visa “**Instituir as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA’S, no âmbito da Administração Municipal, e dá outras providências**”.

Ao analisar a proposição em destaque, a Douta Assessoria Jurídica em Parecer n.º 122/07, informa que a mesma esbarra em vícios formais de inconstitucionalidade que impedem a apreciação da matéria pelo Plenário desta Casa, e após a leitura, se evidencia a ingerência de poderes por violação as disposições do **art. 2º da Constituição Federal reproduzido pelo art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo**, que consagram a independência e a harmonia entre os Poderes Constituídos.

Informa ainda, que mesmo superado o vício apontado, o que se admite apenas por argumentação, a proposta ainda legisla sobre atribuições aos servidores públicos municipais, cuja iniciativa legislativa também é privativa do Chefe do Executivo, nos termos do **art. 81, § 1º, inciso III da Lei Orgânica do Município**, e que sobre atribuições aos servidores públicos municipais, deveria ser desencadeada por **lei complementar**, conforme determina o **inciso III, do parágrafo único do art. 77, da LOM**, e sob o aspecto jurídico a proposta padece de vícios formais de inconstitucionalidade, impedindo assim a apreciação pelo Plenário desta Casa.

Diante do relatado e observados os aspectos formais da proposição, esta Comissão de Justiça e Redação conclui que a mesma encontra-se com vícios formais de inconstitucionalidade, que impedem a apreciação pelo Soberano Plenário, razão pela qual é presente relatório pela **REJEIÇÃO do PROJETO DE LEI N.º 104/2007.**

Plenário Ver. Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 17 de outubro de 2007.

RUBENS BENEDITO FERNANDES
Membro – Relator

OLÍMPIO OSAMU TOMIYAMA
Presidente

CARLOS EVARISTO DA SILVA
Membro